

29 OUT 1986

JORNAL DO BRASIL

ECONOMIA - BRASIL

Modiano insiste em choque e extinção de escala móvel

Vitória — O cruzado terá de ser complementado com um segundo choque na economia, em que a escala móvel tem de ser extinta, os preços dos produtos devem ser realinhados e congelados novamente, e o governo terá de aumentar o Imposto de Renda na fonte ou buscar qualquer outra fórmula de poupança compulsória. Essa é a avaliação de um dos pais do Plano Cruzado, o professor da PUC, Eduardo Modiano, que expôs sua análise no Espírito Santo em uma palestra promovida pela firma de consultoria Herkenhoff e Prates Associados, para 40 empresários, economistas e funcionários de estatais.

— Certamente uma medida como essa não virá antes das eleições. O governo tem descartado a hipótese, e isso é o mais sensato no momento — ressaltou Modiano, que, para frustração dos empresários, negou que esteja participando ou sabendo da definição dos novos rumos da economia. O choque é a solução técnica, que tem componentes impopulares. Outra proposta, mais política, prevê ajustes graduais, como a desvalorização cambial promovida pelo governo. Mas essa não resolve todos os desequilíbrios — disse.

Escala móvel

A escala móvel, que prevê reajustes automáticos de salários aos 20% de inflação, foi criada na perspectiva de uma inflação muito baixa. Segundo o economista, seus criadores não acreditavam que ela fosse aplicada. Uma eventual correção dos preços, para equilibrar a economia e reduzir a demanda, pode criar, porém, uma inflação anormalmente alta em um mês determinado. E isso acionaria, ao mesmo tempo, o reajuste salarial automático de várias categorias, que segundo Modiano, provocaria pressões inflacionárias e inviabilizaria o reequilíbrio da economia.

A extinção da escala móvel seria complementada pelo reajuste dos preços, a maioria dos quais, como acredita o economista, teria

ligeiros aumentos. E, finalmente, seriam adotadas medidas fiscais, para estimular a poupança.

— Poderíamos apelar para os empréstimos compulsórios, mas eles estão desgastados politicamente — comentou, ao apontar como alternativa a criação de uma “carteira de investimento” em que parcela dos ganhos dos assalariados de maior renda seria retida em uma caderneta de poupança com retirada bloqueada por três anos, cotas do Fundo Nacional de Desenvolvimento criado pelo Cruzadinho e, possivelmente, participações no Banco de Desenvolvimento Econômico e Social.

Recompor tarifas

— Essas idéias, porém, só **passarão** politicamente se houver corte nas despesas do governo — alertou Modiano, que prevê a necessidade de uma recomposição nas tarifas das estatais (como a Eletrobrás, Siderbrás e Telebrás) e a realização de uma reforma administrativa para recuperar a capacidade do Estado de investir na economia. Pelos cálculos de Modiano, o país precisa poupar o equivalente a 26% do Produto Interno Bruto (PIB) para sustentar o crescimento de 7% previsto nas metas do governo.

— O setor privado poupa, atualmente, 11% do PIB, e o máximo que já atingiu foi de 18%. Está claro que não poderá sustentar o crescimento sozinho — disse.

A necessidade de drenar 4,6% do PIB para pagamento da dívida externa é uma das responsáveis pelo enorme esforço de poupança necessário à sustentação do crescimento, lembrou Modiano. “A solução do problema da dívida seria a forma de acordar com todos nossos problemas resolvidos”, comentou, defendendo a reivindicação para o Brasil de concessões semelhantes às conferidas a países como o México, que recebeu empréstimos de compensação pela queda dos preços internacionais de petróleo.